

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
3º Período Manhã
Contabilidade Intermediária
Direito e Legislação Trabalhista
Estatística II
Filosofia II
Matemática Financeira
Psicologia Aplicada
Teoria Básica da Contabilidade

Juliana Mayrink Gonçalves
Juliana Ribeiro Silva
Lara Caroline Bicalho Sabinelli Silva
Rachel Assis Baraky Verner
Rosiene Rodrigues Ribeiro
Vinícius de Matos Côrrea

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Belo Horizonte
01 novembro 2012

Juliana Mayrink Gonçalves
Juliana Ribeiro Silva
Lara Caroline Bicalho Sibinelli Silva
Rachel Assis Baraky Verner
Rosiene Rodrigues Ribeiro
Vinícius de Matos Côrrea

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Artigo Científico apresentado às Disciplinas:
Contabilidade Intermediária, Direito e Legislação
Trabalhista, Estatística II, Filosofia II, Matemática
Financeira, Produção e Compreensão de Textos, e
Psicologia Aplicada do 3º Período e Teoria Básica
da Contabilidade do 4º Período do Curso de Ciências
Contábeis Manhã do Instituto de Ciências
Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Antônio Carlos Bertucci
Arazi Gomes
Haroldo de Almeida Marques
Fátima Maria Penido Drumond
João Virgílio Sifuentes Costa
Marlene Buzinari
Rafael Ornelas Machado

Belo Horizonte
01 novembro 2012

CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RESUMO

Este trabalho tem como tema as contribuições das diversas áreas do conhecimento para a formação e atuação do profissional de Ciências Contábeis. O artigo tem como principal objetivo relacionar a contabilidade com as diferentes áreas em uma organização. Para a realização deste estudo, utilizou-se pesquisas bibliográficas em livros e sites na internet, pesquisou-se uma empresa, entrevistou-se um contador, e coletou-se dados baseados nas Demonstrações Contábeis, no Balanço Patrimonial e Notas Explicativas da empresa. Os resultados revelaram que o contador precisa conhecer e utilizar diferentes áreas do conhecimento para sua atuação nas organizações.

PALAVRAS-CHAVE

Áreas do Direito, Contabilidade, Conhecimento, Contador, Ética, Imobilizado, Intangível, Investimento, Matemática Financeira, Moral, Petrobrás, Organização.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema “Contribuições das diversas áreas do conhecimento para a formação e atuação do profissional de ciências contábeis”. Desta forma, tem o objetivo de mostrar a relevância da contribuição das ciências ministradas neste período acadêmico para a formação e atuação do profissional contábil frente ao mercado de trabalho.

A pesquisa, desenvolvimento e encerramento do trabalho somente foram possíveis por meio da utilização de instrumentos como a metodologia do trabalho científico, pesquisas bibliográficas, a busca em sites de pesquisa científica, notas de aula e textos disponibilizados pelos professores. Além de entrevista com contador que se encontra frente ao mercado de trabalho na instituição Petrobrás Biocombustível S.A., mostrando seus valores e o código de ética.

Por meio destas metodologias utilizadas foi possível compreender e associar as informações coletadas, com a atuação do profissional contábil frente às organizações.

- a) Houve a abordagem a respeito da gestão dos investimentos, do imobilizado e intangível da instituição Petrobrás, observando como são classificados os bens nesses subgrupos e verificaram-se também os investimentos de outras empresas

afins no que tange aos métodos utilizados para calcular a depreciação, amortização e exaustão dos elementos do ativo da Petrobrás.

- b) Será relatada a inter-relação entre o direito e contabilidade, mostrando regras e procedimentos que o contador deverá seguir na elaboração da folha de pagamento, nas rotinas trabalhistas, no planejamento tributário e na contabilidade ambiental da empresa. Estas regras são importantes para impossibilitar atos ilícitos que podem ocasionar em multas e, portanto, ferir o bom senso, a dignidade e a moral dos indivíduos.
- c) Acerca das variáveis quantitativas que engloba o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Petrobrás será abordado com o objetivo de analisar se existe correlação e a confiabilidade. Além de ressaltar a relevância que a matemática financeira tem nas rotinas contábeis no que tange a aquisição de bens e direitos pela organização, entre outros.

2 PETROBRÁS – IDENTIFICAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO, ÉTICA E MORAL

É de suma importância para o contador o conhecimento da organização para o qual atua, ou seja, sua história, missão, visão, política da empresa. Foi feita uma pesquisa na empresa Petrobrás, com o intuito de melhor conhecimento e significado dessas informações.

Criada em 1953, pelo presidente Getúlio Vargas, a Petrobrás S.A é uma empresa estatal de economia mista, ou seja, tem a atuação controlada pelo Estado que detém mais da metade das suas ações ordinárias. A sede da Petrobrás está localizada na cidade do Rio de Janeiro, opera no segmento de energia, nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo e seus derivados. Tornou-se líder na comercialização de derivados no país com as operações de exploração e produção de petróleo, gás natural e derivados em 1954 a 1997. (PETROBRÁS, 2012).

Nos anos 70, a Petrobrás passou por crise, onde os membros da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), elevaram substancialmente os preços internacionais, provocando o chamado choque do petróleo. Mesmo o mercado marcado por incertezas, não apenas quanto aos preços, como também quanto à garantia do suprimento, superou as dificuldades através do bom relacionamento com os cliente das companhias estatais dos países da OPEP e com medidas econômicas, tendo como exemplo, como a redução do consumo de derivados e o aumento da oferta interna de petróleo. (PETROBRÁS, 2012).

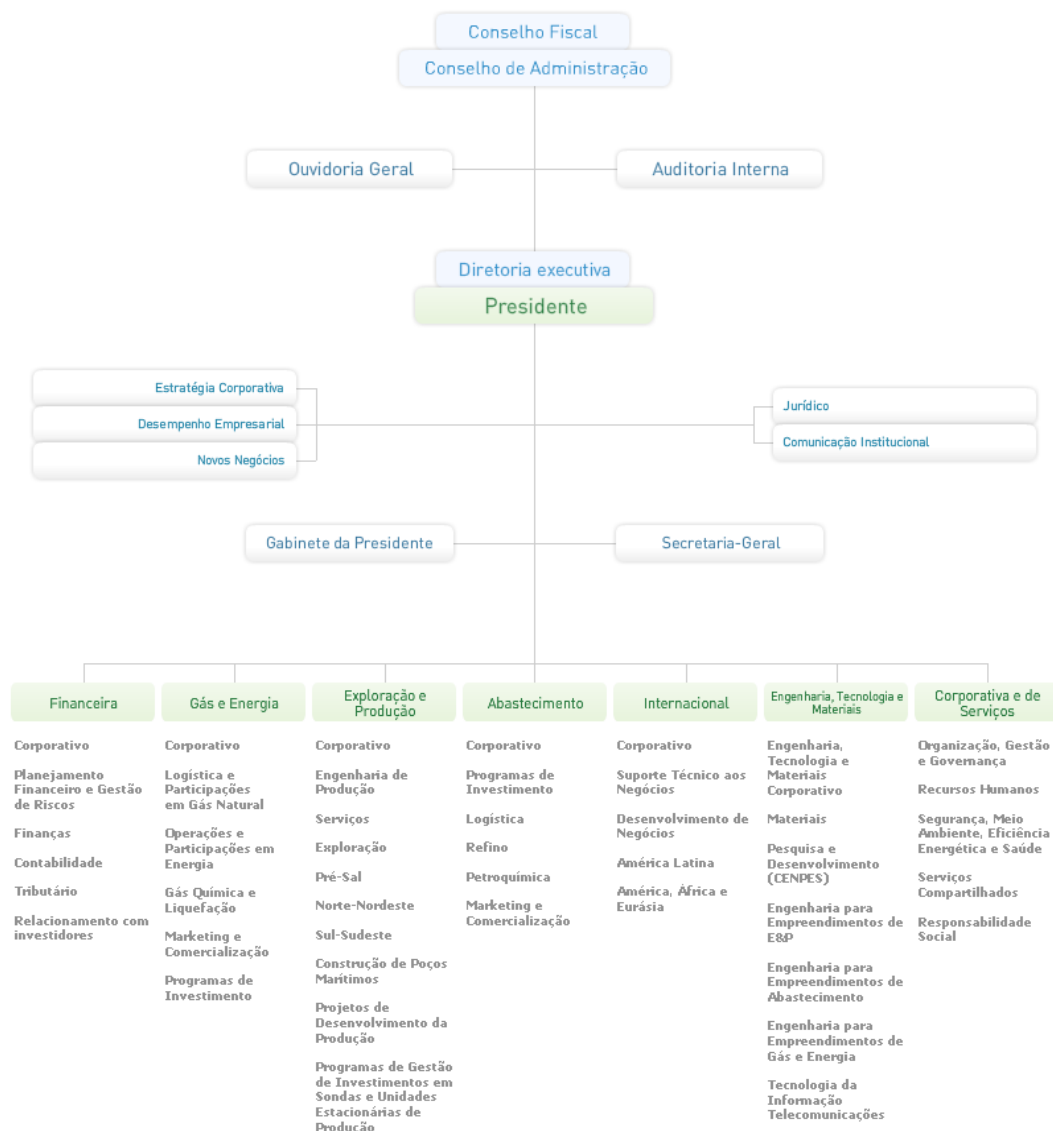
Após quarenta anos com a exploração, produção, refino e transporte do petróleo no Brasil, a Petrobras passou a competir com outras empresas estrangeiras e nacionais em 1997. Foi criada a Agência Nacional do Petróleo (ANP), responsável pela regulação, fiscalização e contratação das atividades do setor e o Conselho Nacional de Política Energética, órgão encarregado de formular a política pública de energia. (PETROBRÁS, 2012).

A Petrobras é regida por seu estatuto social e pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 1976). Além destes, a companhia conta com outros instrumentos fundamentais ao aprimoramento de seu sistema de governança corporativa e de orientadores da administração. (PETROBRÁS, 2012).

Por ser uma companhia de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). No exterior, cumpre as normas da Securities and Exchange Commission (SEC) e da New York Stock Exchange (NYSE), nos Estados Unidos; do Latibex da Bolsa de Madri, na Espanha; da Bolsa de Comércio de Buenos Aires e da Comisión Nacional de Valores (CNV) na Argentina. (PETROBRÁS, 2012).

A companhia segue procedimentos de gestão compatíveis com as normas dos mercados em que atua, de modo a garantir a adoção de padrões internacionais de transparência. Dessa forma, reforça sua credibilidade no mercado e aprimora o relacionamento com seus públicos de interesse: acionistas, investidores, clientes, fornecedores, empregados e sociedade, entre outros. (PETROBRÁS, 2012).

Sua estrutura é composta de Conselho e Comitês de Administração, de Negócios e de Gestão, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Auditoria Interna. Como está representado abaixo:



O Conselho de Administração é um órgão de natureza colegiada e autônomo dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, na forma da lei e do Estatuto Social. É composto por nove membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria Executiva exerce a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. É composta por um presidente e sete diretores eleitos pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é constituído de forma permanente, é independente da administração e dos auditores externos, conforme exigido pela Lei das Sociedades Anônimas. É composto por cinco membros.

A Auditoria Interna tem por atribuição planejar, executar e avaliar as atividades de auditoria interna e atender as solicitações da Alta Administração e de órgãos externos de

controle. A Petrobras conta também com auditoria externa, escolhida pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de serviços de consultoria.

Comitês do Conselho de Administração possui três comitês: Auditoria; Meio Ambiente; e Remuneração e Sucessão. São compostos por três membros independentes do Conselho e têm cumprimento das suas responsabilidades de orientação e direção superior com o objetivo de assessorar o órgão no Companhia, com atribuições específicas relacionadas ao escopo de atuação.

O Comitê de Negócios e Comitês de Gestão- Comitê de Negócios funciona como um fórum de integração dos assuntos relevantes e estratégicos, que visa promover o alinhamento entre o desenvolvimento dos negócios, a gestão da Companhia e as diretrizes do Plano Estratégico. Atua como mecanismo de suporte ao processo decisório da Alta Administração. Os Comitês de Gestão são fóruns para amadurecimento e aprofundamento de temas a serem apresentados ao Comitê de Negócios. Cada Comitê atua de forma articulada, integrada e complementar ao Comitê de Negócios, aos demais Comitês de Gestão, bem como aos Comitês do Conselho de Administração.

A Petrobrás tem como missão atuar de forma segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua. Tendo sua visão voltada para a forte presença internacional; referência mundial em biocombustíveis; excelência operacional, em gestão, em eficiência energética, em recursos humanos e em tecnologia; rentabilidade; referência em responsabilidade social e ambiental; comprometimento com o desenvolvimento sustentável. (PETROBRÁS, 2012).

O Sistema Petrobrás investe em desenvolvimento de recursos humanos, estimulando o aprimoramento contínuo dos empregados, favorecendo com treinamentos e cursos de graduação, pós- graduação e de idiomas. Fazendo assim com que tenham oportunidade de progressão na carreira e remuneração nos padrões do mercado de trabalho. Através do sistema de gerenciamento de desempenho, suas metas e competências são avaliadas para a oportunidade de avanço de nível e promoção. As remunerações dos empregados são condizentes com as atividades profissionais desempenhadas e estão de acordo com as responsabilidades envolvidas na função. (PETROBRÁS, 2012).

O processo de organização da empresa leva a formação de grupos formais e informais com leis de funcionamento e objetivos comuns, isso porque existem necessidades, desejos de proximidade, metas e influência à conduta e o desempenho de seus membros. A interação do grupo se baseia em dois aspectos de estilo comportamental individual ou em grupo) e de

percepção social. Os grupos são divididos em formais e informais . Os grupos formais tem metas estabelecidas, voltadas para objetivos que são parte da organização e representadas por organograma. Os grupos informais tem metas implícitas frequentemente recreativas e interpessoais que surgem com o passar do tempo através da interação. (BERGAMINI,2005).

Para se compreender o comportamento grupal, é preciso levar em conta as várias características do grupo, como a estrutura grupal; as diferenças de status que exercem grande influência no padrão e no conteúdo das comunicações do grupo; o papel percebido que é o conjunto de atitudes e comportamentos que a pessoa que ocupa determinado cargo acredita realizar as normas, que são padrões partilhados pelos membros do grupo. É de suma importância quatro variáveis que favorecem a conformidade às normas do grupo que são a personalidade dos membros do grupo, os estímulos que evocam respostas, os fatores situacionais e as relações intragrupais. (BERGAMINI,2005).

A liderança grupal é uma característica extremamente importante, tanto para o grupo formal como o informal. Nos grupos formais, o líder pode exercer o poder sancionado pela lei. No informal geralmente ajuda a atingir metas, possibilitando uma maior satisfação das necessidades dos membros, encarna valores do grupo e interage com outros líderes grupais, tornando um pacificador de conflito grupal.

O líder informal pode ser mudado, e este frequentemente ocorre, em função da situação e das condições existentes em cada momento. Um líder incapaz de manter respeito e prestígio pode ser substituído por outro, considerado pelos membros como tendo maior prestígio e respeito. Para continuar líder de qualquer tipo de grupo, a pessoa deve ter conhecimento e habilidade necessários para poder guiar o grupo no cumprimento de suas tarefas. É de grande importância para um líder saber valer a ética. (BERGAMINI,2005).

De acordo com MOREIRA (2012), dentro da Petrobrás o código de ética se faz existir quando através da denúncia, os canais disponíveis para relacionamento com o público interno e externo (e-mail, telefone, correspondência, etc) ou na Ouvidoria das empresas do sistema Petrobrás, a comissão de ética composta por cinco membros designados pela Diretoria Executiva de cada empresa do Sistema se reúne para apuração dos fatos, tendo esta comissão poderes para fazer uma advertência verbal ou formal ao infrator, o que em acontecendo, impede que o mesmo tenha progressão funcional em sua carreira na empresa e até mesmo, poderes para sendo o fato caracterizado como grave, sugerir a Diretoria Executiva a demissão do empregado por justa causa.

Os principais problemas éticos enfrentados na empresa é em relação a oferta aos empregados das empresas do Sistema Petrobrás, por empresas interessadas em fornecer

equipamentos e serviços, de benefícios como viagens de turismo pagas, ingresso para shows de cantores internacionais, veículos importados, celulares, notebooks, bebidas e perfumes importados, cestas de natal, etc. Portanto a aceitação por parte dos empregados descumpra as normas existentes no código de ética. (MOREIRA, 2012).

Pode-se perceber a grande importância que a moral, a ética, os costumes morais e a consciência ética têm para a formação acadêmica e profissional do contador. Pode-se dizer que moral é um conjunto de valores, de normas e de noções do que é bom e mau, do que é proibido e permitido, dentro de uma sociedade, de uma cultura. As práticas positivas de um código moral são importantes para que possamos viver em sociedade, o que fortalece cada vez mais a ligação moral que garante a solidariedade social. (CHAUÍ e ÉTICA).

Do contrário, teríamos uma situação de caos, de luta de todos contra todos para o atendimento de nossas vontades, moral esta relacionada com os valores que regem a ação humana enquanto inserida na sociedade, tendo assim um caráter normativo, diz respeito a uma consciência coletiva e a valores que são construídos por convenções, que são formuladas por uma consciência social, regras ditadas pela sociedade, pelo grupo. Partindo da ideia de que a moral é construída culturalmente, algumas interpretações do que são as coisas acabam se tornando verdade entre os grupos sociais e, por isso, muitas vezes são naturalizadas, essa naturalização de uma visão cultural é o que dificulta conseguirmos distinguir entre juízo de fato (que dizem como as coisas realmente são) e de valor (interpreta e avalia as coisas). (CHAUÍ e ÉTICA).

Os valores morais se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de seres humanos, de sujeitos racionais e pessoas livres, proibindo moralmente a violência e favorecendo ligação entre as pessoas dentro de uma sociedade. Numa cultura, ao definir o que é mau ou violento, também se defini o que é bom, tanto os valores como a ideia de virtude são fundamentais à vida ética e, dessa forma, evitam a violência, o ato imoral ou antiético. Ser virtuoso significa desejar e saber colocar em prática ações éticas, isto é, moralmente permitidas, segundo Platão, a virtude é um conjunto de características que contribuem para que o indivíduo tenha uma vida boa, tendo sabedoria, coragem, temperança e justiça. A noção de bem e mal ou do bom e mau é fundamental para que encontremos uma forma de fugir do sofrimento, da dor, alcançando a felicidade de forma virtuosa. Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. O senso e a consciência moral dizem respeito a valores, sentimentos, decisões referidas ao bem e ao mal e ao desejo de felicidade, as relações que temos com os outros e que nascem e existem como parte de nossa vida intersubjetiva. (CHAUÍ e ÉTICA).

No decorrer da caminhada para alcançar os objetivos adquirimos conhecimento que seria o que é absorvido das informações obtidas diariamente através de experiências vividas, os órgãos sensoriais tem um papel muito importante nesse processo de aquisição de conhecimento, pois é a partir deles que perceberam o meio em que vivemos. Segundo Platão “o conhecimento não é um reflexo ou espelho da realidade ele é a tradução seguida de uma reconstrução”, o conhecimento adquirido no decorrer da vida é a reconstrução do que vivenciam diariamente, as informações que nos são disponibilizadas são absorvidas e reconstruídas o que vai formar nosso conhecimento. Para os filósofos empiristas o conhecimento é adquirido através da experiência, é por meio dos sentidos que perceberam o que o meio nos oferece e adquiriam conhecimento, criam-se as ideias a partir da percepção real das imagens. O processo de aquisição de conhecimento é contínuo, ou seja, estamos em constante aprendizado. (CHAUÍ e ÉTICA).

A empresa Petrobras possui princípios éticos que regem a conduta dos funcionários, que seguem no anexo A. A Petrobras visa o respeito à vida e a todos os seres humanos, a integridade, a verdade, a honestidade, a justiça, a lealdade institucional e a responsabilidade, o princípio ético fundamental é o que norteia o Sistema Petrobras, buscando a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos empregados, envolvendo as partes interessadas. A política de Responsabilidade Social da Petrobrás define como a forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades e das suas relações com todos os produtos de interesse, promovendo os direitos humanos e a cidadania, respeitando a diversidade humana e cultural, não permitindo a discriminação, o trabalho degradante, o trabalho infantil e escravo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social. (PETROBRÁS, 2012).

3 A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEIS

Segundo Iudícibus e outros (2010, p. 2) o objetivo do balanço patrimonial é mostrar a posição financeira patrimonial da empresa em determinada data, sendo uma posição estática. De acordo com a Lei 6.404/76 em seu art. 178 “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”.

Sendo assim o balanço patrimonial é composto por dois grupos de contas no ativo e três grupos de contas para o passivo e patrimônio líquido, de acordo com o estabelecido pela

legislação brasileira. (MARION, 2009 p. 66). E conforme a Lei 6.404/76, o balanço é composto por três elementos básicos: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

No ativo serão classificadas em ordem decrescente de grau de liquidez, sendo que os elementos estarão registrados nos seguintes grupos ativo circulante e ativo não circulante, estando nesse grupo os seguintes subgrupos: realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. Já no passivo as contas são classificadas em passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido (IUDÍCIBUS, 2010 p. 3). Segundo Iudícibus (2010 p. 308), as contribuições mais relevantes da nova classificação são: a eliminação do grupo pendente do ativo e do passivo; a substituição do não exigível pelo patrimônio líquido e a criação do grupo circulante no ativo e passivo.

De acordo com Iudícibus e outros (2010, p. 2), as contas devem estar classificadas no balanço de forma ordenada e uniforme, para que os usuários consiga fazer uma correta análise e interpretação da situação patrimonial e financeira.

Na Petrobrás as demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Contábeis (IFRS) que são emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com práticas contábeis adotadas no Brasil. (PETROBRÁS, 2012).

Sendo que as demonstrações contábeis individuais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (como apresentado no Anexo B), observando a Lei 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Estando de acordo com às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. (PETROBRÁS, 2012).

De acordo com Petrobrás, 2012 “as demonstrações contábeis individuais são iguais às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 651/10”. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão no anexo C.

As demonstrações contábeis da Petrobrás foram feitas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção da valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros. (PETROBRÁS, 2012).

Foi realizada uma análise estatística onde os dados foram coletados das Demonstrações Contábeis e Finanças (Balanço Patrimonial) da Petrobrás (ver Anexo D), onde

foi analisado a alteração do patrimônio líquido de acordo com a variação do ativo não circulante.

Os cálculos foram feitos através do programa Minitab 16, mostrando a correlação linear, a equação da regressão linear e o diagrama de dispersão da mesma.

De acordo com a análise feita (Apêndice A) verifica que existe uma alta correlação positiva, pois quanto maior o valor do ativo não circulante maior será o valor do patrimônio líquido. Na equação da regressão linear (Apêndice B) verifica-se para cada aumento (em milhão) do ativo não circulante o patrimônio líquido aumenta 0,83 milhões. Fazendo uma previsão (Apêndice C) utilizando essa equação observa-se que aumentando 600.000 milhões no ativo não circulante vai implicar no aumento de 442.760 milhões no patrimônio líquido.

Para constatar a eficiência do modelo foi feito o coeficiente de determinação (Apêndice D), demonstrando que o modelo é confiável por ter uma alta variabilidade.

No subgrupo investimentos do ativo são classificadas as “participações permanentes em outras sociedades e direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa”. (BRASIL, 1976).

Nele é classificado a representação dos investimentos ou das participações permanentes em outras sociedades. Em outras áreas é difícil determinar a classificação, se seria um realizável a longo prazo ou um investimento, então a maneira de diferenciar é a intenção. (IUDÍCIBUS, 2010 p. 310).

Os critérios de avaliação dos ativos são aplicados dentro do regime de competência, como podemos ver em:

Investimentos Relevantes em Coligadas e Controladas (incluindo *Joint Ventures*) – pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, com base no valor do patrimônio líquido da coligada ou controlada proporcionalmente à participação acionária. Quando de controladas, obrigatória a consolidação; quando de joint ventures, a consolidação é proporcional”

Outros Investimentos Societários: igual aos instrumentos financeiros, não pode mais ao custo

Outros Investimentos: ao custo menos estimativas para reconhecimento de perdas permanentes. Se propriedade para investimento, pode ser ao valor justo. (IUDÍCIBUS e outros, 2010, p. 3).

Segundo Iudícibus e outros (2010, p.2) “de maneira geral e com os pronunciamentos Técnicos do CPC, as aplicações em participações no capital de outras sociedades, devem ser contabilizadas de acordo com a essência do relacionamento entre investidor e investida”.

Pouca ou nenhuma influencia sobre a investida: Nesse caso, não existe relação específica entre as empresas ou o principal benefício que se espera do ativo é sua valorização, tratando-se de um ativo financeiro e, como tal, deve ser reconhecido e mensurado de acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, cuja avaliação será pelo seu valor justo (ou ao custo quando da impossibilidade de uma mensuração confiável a valor justo). Os investimentos em títulos patrimoniais de outras sociedades (sem influência ou controle).

Influência significativa sobre a investida: Trata-se de uma coligada do investidor e essa participação deve ser reconhecida e mensuração de acordo com o CPC 18 – Investimentos em Coligadas, cuja avaliação será pela aplicação do método de equivalência patrimonial. Logo, coligada é a situação de uma investida em que se detém influência significativa, mas sem que se chegue a ter controle.

Controle conjunto sobre a investida: Trata-se de um empreendimento conjunto (joint venture) do investidor e essa participação deve ser reconhecida e mensurada de acordo com o CPC 19 – Participações em Empreendimentos Conjuntos, cuja avaliação será pela consolidação proporcional. Nos balanços individuais a avaliação é pela equivalência patrimonial. Controlada em conjunto (joint venture) é quando duas ou mais investidoras detêm, em conjunto, o controle dessa entidade, sem que nenhum dos investidores consiga esse controle individualmente.

Controle sobre a investida: Trata-se de uma controlada do investidor e essa participação, quando da obtenção do controle, deve ser reconhecida e mensurada de acordo com o CPC 15 – Combinações de Negócios e, subsequentemente, de acordo com o CPC 36 – Demonstrações Contábeis Consolidadas, cuja avaliação será pela consolidação. Nos balanços individuais a avaliação é pelo método da equivalência patrimonial. Controlada é quando uma controladora possui a condição de “mandar” na outra empresa. (IUDÍCIBUS e outros, 2010, p.3).

A Petrobrás investe em outras empresas subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas como podem ver no Anexo E. As controladas em conjunto e coligadas que estão no país e no exterior, e que tem suas atividades relacionadas por exemplo a empresas petroquímicas, distribuidoras de gás, biocombustíveis, termoelétricas, refinarias, tem as informações contábeis resumidas no Anexo F. (PETROBRÁS, 2012).

Em meio a subsidiárias e controladas, estão a Petrobras Netherlands B.V. –PNBV, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro e a Petrobras Distribuidora S.A. – BR que juntas tem um

capital subscrito de 18.991 milhões de reais. Dentre as controladas em conjunto encontrar-se UTE Norte Fluminense S.A., a Termoçoço S.A. e a Logum Logística S.A. que têm um capital subscrito de 1.481 milhões de reais. E já entre as coligadas estão a Brasken, a BRK – Investimentos Petroquímicos e a UEG Araucária Ltda. que tem um total de 11.182 milhões de reais de capital subscrito.

O critério de avaliação é o método da equivalência patrimonial tem seu conceito básico “fundamentado no fato de que os resultados e quaisquer outras variações patrimoniais da investida sejam reconhecidos (contabilizados) na investidora no momento de sua geração na investida, independentemente de serem ou não distribuídos por esta”. (IUDÍCIBUS e outros, 2010 p. 170).

Na Petrobrás, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, em que a administração tenha uma significativa influência, e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. (PETROBRÁS, 2012). O Imobilizado segundo a Lei 6404/76, art. 179, item IV, são “Os direitos que tenham por objetivo bens destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens”. Ele classifica seus itens em Bens Tangíveis, são bens palpáveis, que têm forma física, como imóveis, máquinas, móveis, dentre outros.

Ao Imobilizado também é integrado os bens que ainda não estão em operação, mas que são destinados a tal finalidade, como construções em andamento, importações em andamento, etc. (MACHADO, 2012). Os imobilizados por tipo de ativos da Petrobras estão no anexo G.

O método de medir o desgaste do Imobilizado é a depreciação, quando correspondente à perda do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgastes ou perda da utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, (MACHADO, 2012) e são quatro tipos de métodos de depreciação são das quotas constantes ou linear, da soma dos dígitos dos anos, de unidades produzidas e o de horas de trabalho.

A Petrobrás utiliza para depreciar seu Imobilizado o método de depreciação linear, que é calculado, dividindo o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem. (PETROBRÁS, 2012). Segundo MOREIRA (2012) a empresa adota o critério de vida útil econômica do bem, fazendo o devidos registros e ajustes nos relatórios contábeis.

Outro tipo de medidor de desgaste do Imobilizado é a exaustão, quando corresponder à perda do valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais

ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração. (MACHADO, 2012). Segundo MOREIRA (2012) a Petrobrás faz exaustão dos Poços de Petróleo e Poços de Gás.

O Intangível é outro subgrupo, ele é conceituado da seguinte forma por Iudícibus e outros (2010), “são agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração. Ocorre que, diferentemente dos ativos tangíveis, que são visivelmente identificados, e contabilmente separados, os intangíveis por vezes não o são.” Ele classifica seus itens em Bens Intangíveis, são bens que não têm forma física, como Goodwill. Os intangíveis por tipo de ativos da Petrobras estão no anexo H.

O método de medir o desgaste dos bens do Intangível é a amortização, que é o valor que corresponde à recuperação do capital aplicado em bens intangíveis, ou dos recursos aplicados em despesas que contribua para a formação do resultado de mais de um exercício social, a ser contabilizada como custo ou encargo, em cada período. (MACHADO, 2012).

Bens intangíveis sujeitos à amortização: Marcas e Patentes; Logiciais (*softwares*); Recursos Florestais (Direitos Contratuais de Exploração); Fórmulas ou processos de fabricação, direitos autorais, concessões; Pesquisa e desenvolvimento de novos produtos; Ponto Comercial, Fundo de Comércio; Benfeitorias em Prédios de Terceiros; Custo de Projetos Técnicos.

A Petrobrás tem no seu Intangível sua marca, ela é considerada a mais valiosa e a terceira mais forte do Brasil, segundo a agência americana Milward Brown e o instituto de pesquisa Interbrand, respectivamente. Segundo Milward Brown, em 2011, o valor da marca alcançou US\$13,4 bilhões, 39% superior ao do ano anterior, deixando a Petrobrás na 61ª posição entre as mais valiosas do mundo. (PETROBRÁS, 2012).

A amortização terá a taxa anual fixada tendo em vista: o número de anos restantes de existência do direito; o número de períodos de apuração em que deverão ser usufruídos os benefícios decorrentes das despesas registradas no ativo diferido; o prazo de amortização não poderá ser inferior a cinco anos e nem superior a dez anos. (MACHADO, 2012).

Assim a Petrobrás calcula a amortização de seus bens sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo deduzindo do valor residual.

Para fazer a depreciação e amortização as empresa podem adotar tempo de vida útil diferente do estipulado pela lei, mas só pode ser utilizada para fins de contabilidade gerencial, e essa diferença tem que ser ajustada para o fisco, o meio utilizado é o eLalur, ele quem irá fazer o calculo do ajuste. Na Petrobrás utiliza na sua contabilidade societária o tempo de vida útil estimada fiscal para fazer a depreciação de seu Imobilizado.

De acordo com MOREIRA (2012), os métodos para fazer depreciação, amortização e exaustão são os determinados pela instrução normativa nº SRF 162, de 31 de dezembro de 2008, da Superintendência da Receita Federal do Brasil.

Os Ativos das empresas tem uma forma de avaliar se eles estão desvalorizando ou valorizando, isso é visto através do Impairment Test ou Teste de Recuperabilidade ele verifica se há na empresa a existência de ativos desvalorizados, considerando que um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Como definição, valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso. (IUDÍCIBUS e outros, 2010).

O teste de recuperabilidade se tornou obrigatório à partir de 31/12/2008 e deve se aplicado no mínimo a cada fim de exercício social. O resultado do teste será contabilizado somente se o valor recuperável for inferior ao valor que está contabilizado. Caso o valor seja superior ao que está contabilizado, o ativo permanece registrado pelo seu valor original.

Deve ser aplicado quando houver decisão de interromper as atividades normais das operações da empresa e quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.

Os principais indicadores de impairment são a obsolescência, reestruturação ou venda parcial de um ativo e performance econômica pior do que a esperada.

A Petrobrás realiza o Impairment Test nos seus ativos, e no último exercício social, resulta numa perda de R\$ 473 milhões que esta relacionada, principalmente, aos ativos sem produção no Brasil. Essa avaliação também apontou que a perda por desvalorização, reconhecida em períodos anteriores para alguns Campos de Petróleo e Gás Natural, diminuiu ou deixou de existir, considerando, principalmente, o gerenciamento de reservatório que resultou em incremento da recuperação dos reservatórios, o que resultou em uma reversão no montante de R\$ 61 milhões. (PETROBRÁS, 2012).

4 AS RELAÇÕES DO CONTADOR COM AS VÁRIAS ÁREAS DO DIREITO

4.1 Direito do trabalho e Direito previdenciário

O Direito Previdenciário – ou, o “Direito da Seguridade Social” é definido pelo Prof. Sérgio Pinto Martins como “um conjunto de princípios, de normas e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social aos indivíduos contra contingências que os impeçam de prover as suas necessidades pessoais básicas e de suas famílias, integrado por

ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos relativos à previdência e à assistência social” - (in “Direito da Seguridade Social”, 12ª ed. Atlas, p.41).

A Petrobrás buscando uma melhor renda de aposentadoria para seus funcionários, adota 2 tipos de planos de Previdência Complementar que variam em escopo e abrangência em algumas empresas do Sistema. Na própria Petrobrás e nas subsidiárias Petrobrás Distribuidora E Refap, há o plano Petros, fechado para novos ingressos, e o Petros 2, oferecido desde 2007. A Transpetro oferece a todos os empregados o plano de Previdência Petros Transpetro, e na Liquigás, há um plano de contribuição definida. Já a Petrobrás Biocombustível oferece apenas seguro de vida. Segundo PETROBRAS (2011), em seu Relatório de Sustentabilidade, a sua contribuição para parcela de contribuição definida totalizou R\$474 milhões.

As políticas salariais são realizadas através do plano de cargos e salários, fazendo com que possam propiciar um ambiente de motivação e produtividade, gerando expectativas de crescimento profissional e que acabam protegendo o trabalhador de certas incoerências ou distorções que possam ocorrer em relação à função desempenhada e a remuneração percebida.

É importante a criação do plano de cargos e salários, para que haja através da isonomia uma avaliação da estrutura funcional separando tarefas e responsabilidades que corresponderão a cada cargo, atribuindo valores justos e coerentes, em muitas empresas o aumento salarial é feito sem critérios de competência e desempenho, causando um grande desequilíbrio organizacional, ocasionado pelo descontentamento do grupo.

No relacionamento com seus empregados, a Petrobrás obedece à legislação brasileira e às convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A companhia conta com uma política corporativa de Recursos Humanos e uma de Responsabilidade Social, que inclui temas como “princípios de trabalho” e “compromisso de força de trabalho”.

De acordo com os dados em anexo, em 2011 a Petrobrás encerrou seu exercício social com o total de quase 82.000 empregados, sendo 81.052, empregados contratados por prazo indeterminado. Uma pequena parte desta contratação é feita por prazo determinado chegando a 810 e somente 56 foram contratos especiais. O grande número de contratados está relacionado com contratos indiretos que chegam a quase 330.000 no Brasil e no exterior.

Os empregados da Petrobras também têm a oportunidade de progressão na carreira e remuneração nos padrões do mercado de trabalho. Através do sistema de gerenciamento de desempenho (GD), são avaliados por suas metas e competências e têm oportunidade de avanço de nível e promoção. O GD ocorre anualmente e está alinhado às estratégias da

companhia. Suas metas envolvem de empregados sem função gerencial a gerentes executivos, o que contribui para uma melhor compreensão dos resultados a serem alcançados pelos envolvidos.

Em seu sistema de gestão de pessoas, todos os empregados têm metas individuais ou de equipe, planejadas e avaliadas anualmente no processo de gerenciamento de desempenho, e são avaliados nas competências individuais corporativas, atribuídas conforme o cargo ocupado.

As rotinas trabalhistas devem ser observadas de forma legal, para evitar futuras conseqüências jurídicas que provocam além de multas trabalhistas operacionais e inseguranças na relação de trabalho.

A companhia adota uma política de negociação permanente com as entidades sindicais, refletida principalmente na atuação das comissões de negociação estabelecidas em acordo coletivo de trabalho, que abordam diversos temas. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade da Petrobrás de 2011, firmou-se um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e demais sindicatos representativos da categoria profissional dos trabalhadores na indústria do petróleo. O acordo consolida a política de negociação sindical permanente. O direito de livre associação profissional ou sindical é garantido por lei e reconhecido também no Código de Ética da Petrobrás.

Além do salário-base e da participação nos lucros, a Petrobrás oferece também aos seus funcionários previdência complementar, benefícios educacionais para filhos de empregados (Auxílio-Creche/Acompanhante, Auxílio Ensino Assistência Pré-Escolar, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Ensino Médio e Programa Jovem Universitário) e plano de saúde (médico, odontológico, psicoterápico e benefício farmácia), extensivo a dependentes. Proporciona ainda, benefícios que variam conforme a empresa, como auxílio-alimentação ou restaurante e abono por tempo de serviço, somados aos previstos em lei, a exemplo do vale-transporte e do 13º salário

4.2 Direito tributário

Frabetti (2009) conceitua Contabilidade Tributária como um ramo da contabilidade que tem por objetivo na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada. É inquestionável a influência do Direito na formação científica do Bacharel em Ciências Contábeis, uma vez que os dois

caminham e sempre caminharão juntos. Os estudos dessas duas ciências se encontram em várias áreas como de Auditoria, Consultoria Empresarial e Perícia Contábil.

O Contador não pode prescindir do correto conhecimento científico sobre as regras de interpretação das leis, ou mais propriamente, das normas jurídicas que compõem o direito positivo dos diversos tipos de legislação apontados, além das normas complementares emanadas das autoridades administrativas. O advogado procura obter todos os dados, registros e cálculos fornecidos pela Contabilidade, que se constituem em importantíssimos elementos de provas, indispensáveis em qualquer demanda judicial, especialmente as das áreas tributária, trabalhista e empresarial.

A tributação para empresas no Brasil é muito alta, chegando a inviabilizar certos negócios a até fazendo com que certas empresas parem de funcionar. É por isso que é importante o planejamento tributário, objetivando de forma lícita a diminuição do pagamento de tributos que é conhecido como elisão fiscal.

O contribuinte tem direito de estruturar o seu negócio de maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos do seu empreendimento, inclusive dos impostos.

De acordo com ALBERGARIA, todos os tributos cobrados no Brasil pelo Sistema Tributário Nacional, deverão estar previstos na Constituição Federal.

O Art. 3º do CNT diz: “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção ou ato lícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa vinculada”.

A CNT (Lei nº 5.172/66) em seu art.96 conceitua a legislação tributária: “Art.96. A expressão legislação tributária compreende as leis, os tratados e convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.”

Conforme os dados do Relatório de Sustentabilidade (2011) os pagamentos de ICMS aos estados produtores somaram R\$ 36,76 bilhões, um crescimento de 30% em relação a 2010. Também foram destinados R\$ 14,69 bilhões de contribuição ao Programa de Integração Social e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), uma alta de 1% em relação ao ano anterior.

4.3 Direito ambiental

Conforme ABERGARIA, Contabilidade Ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações) de determinada entidade e suas respectivas mutações.

A Contabilidade Ambiental veio para contabilizar e fornecer informações úteis para a tomada de decisões que possam beneficiar e não prejudicar o meio ambiente. Com o planejamento de um projeto o contador pode levar em conta a preocupação ambiental, promovendo informações sobre encargos com o meio ambiente.

É de suma importância para as empresas, pois mostram para a sociedade que tem preocupações e compromissos com a preservação do meio ambiente, buscando ser ecologicamente sustentáveis.

De acordo com FAHL, “a contabilidade deve preocupar-se com a mensuração dos recursos consumidos e com toda a poluição resultante da fabricação de determinado produto, bem como seu uso e descarte final.”

Apresentado pelo Relatório de Sustentabilidade (2011) os procedimentos para certificações das unidades da Petrobrás estão alinhados com diretrizes corporativas de SMS e são acompanhados pelo Comitê de Meio Ambiente do Conselho de Administração, que, dentre suas responsabilidades, avalia a gestão de riscos ambientais e acompanha as ações de mitigação e controle. Todas as unidades operacionais do Sistema Petrobras executam o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e desenvolvem planos de ação específicos para a gestão de biodiversidade. Seguem-se também Princípio da Precaução, por ser uma importante estratégia para atuar de forma integrada nas avaliações de risco e impacto ambiental para seus empreendimentos ou em grandes mudanças em instalações existentes. A mesma orientação é válida para o lançamento de novos produtos cujos componentes podem apresentar riscos à saúde humana ou ao meio ambiente. Aplicam-se ainda Princípio da Precaução na obrigatoriedade de apresentação do certificado de conformidade de equipamentos e tubulações instalados nos postos de serviço, dos mobiliários e de todos os elementos que podem ser comercializados durante as trocas de óleo. Nos processos operacionais, um dos cuidados essenciais para assegurar a saúde das pessoas e a preservação do meio ambiente é a orientação de que, em caso de dúvida, o empregado deverá parar o procedimento.

Assim, para diminuir os impactos dos seus serviços e produtos ao meio ambiente, a Petrobrás investe grandemente em desenvolvimentos tecnológicos, na diversificação de seu portfólio de produtos e na gestão da produção, para evitar desperdícios e garantir que seus combustíveis e embalagens estejam dentro dos padrões de segurança e de qualidade ambiental exigido.

5 MATEMÁTICA FINANCEIRA

O mundo globalizado nos mostra cada vez mais a necessidade de informações e, para tanto, é necessário o conhecimento básico que possibilita o entendimento de conceitos mais apurados. Este raciocínio é o que norteia a Matemática Financeira que se preocupa com o estudo do valor do dinheiro, sendo uma base de conhecimento indispensável para o entendimento, pois fornece as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das diversas teorias existentes. Todo investidor busca a melhor rentabilidade de seus recursos, e para que se possa medir o seu retorno faz-se necessária a aplicação de cálculos financeiros que possibilitam a tomada de decisão e a gestão financeira das empresas. Grandes corporações têm investido muitos recursos no desenvolvimento de profissionais capacitados a entender e buscar as melhores opções de negócios.

Segundo Moreira (2012), o conhecimento da matemática financeira é de fundamental importância para contador na gestão empresarial, por proporcionar uma correta aplicação no cálculo das depreciações, amortizações, exaustões, cálculo de juros em financiamentos, taxa de amortizações, cálculo de taxa de retorno de investimentos, cálculo do EVA (Economic Value Added ou seja Cálculo do valor econômico agregado), nas demonstrações Financeiras, etc.

8 CONCLUSÃO

A partir deste trabalho apresentado, concluímos que das disciplinas realizadas neste período acadêmico, pode-se observar uma grande implicação nas relações dos conteúdos, a utilização dessa interdisciplinaridade na elaboração das questões propostas, e, como esta interação é efetivamente utilizada e clara nas rotinas profissionais do contador.

Para que o contador possa alcançar seus objetivos dentro da organização e colaborar veementemente com a organização das finanças da empresa, este profissional deve ter domínio e conhecimento sobre todos os setores da instituição em que atua. Para isso a psicologia nos mostra a importância do código de ética como instrumento de comunicação e valorização dos indivíduos, os seus princípios e valores. Auxilia nas orientações ao relacionar, por exemplo, com seus clientes, fornecedores e acionistas, desempenhando um grande papel para a tomada de decisão. O contador deve ter acesso às informações de forma integral e tempestiva no que diz respeito aos investimentos, ao imobilizado e intangível, com o propósito de desempenhar com êxito sua função dentro da organização. Salientamos também

o quanto a estatística e a matemática é essencial para a análise de dados coletados e como interferem de forma significativa para o alcance dos objetivos, visão e missão da organização. Além disso, é notável como o direito auxilia na elaboração dos regulamentos de uma empresa, do planejamento salarial, na elaboração da folha de pagamento, no que tange ao cumprimento de leis, portanto, nas rotinas trabalhistas. E conta, também, com a relação entre o planejamento tributário e meio ambiente que gera informações necessárias para auxiliar e dar suporte nas tomadas de decisão da empresa.

Para tanto, a interação das demais disciplinas tem grande influência na atuação do profissional contábil, onde através da visita técnica junto a Petrobrás ficou claro a importância de ter um profissional versátil que dá auxílio aos gestores no processo de gestão, planejamento, execução e controle, bem como no processo de tomada de decisão. Segregando competitividade a empresa.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, B. **Instituições de Direito**: para cursos de administração, ciências contábeis, economia, comércio exterior e ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2008.

BERGAMINI, C.W. **Psicologia aplicada à administração de empresas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL, Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 1976.

CHAN, B.L.; SILVA, F.L.; MARTINS, G.A. Previdência Complementar. IN: CHAN, B.L.; SILVA, F.L.; MARTINS, G.A. **Fundamentos da Previdência Complementar**. 2. ed. São Paulo: Atlas: FIECAFI/USP, 2010.

CHAUÍ, Marilena. Senso moral e consciência moral. In: CHAUÍ, Marilena. **A existência ética**. São Paulo: Ática, 2000.

ÉTICA ou filosofia moral. **A filosofia moral**.

FABRETTI, L.C. **Contabilidade Tributária**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GESTÃO AMBIENTAL. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/gestao-ambiental/gestao-ambiental.shtml>> Acesso em: 12 outubro de 2012.

ICEG. Disponível em: < [http://www.iceg.pucminas.br/contabeis/contabtemp .asp?id=2a](http://www.iceg.pucminas.br/contabeis/contabtemp.asp?id=2a)>. Acesso em: 20 set. 2012

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo: Atlas, 2010. 794 p.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 346 p.

LEI 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2012.

LEI 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2012.

MACHADO, R.O. Contabilidade Intermediária. Belo Horizonte: PUC-Minas-BH, 2º semestre. Notas de aula.

MARION, José Carlos. Balanço Patrimonial – Grupos de Contas. In: MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 5, p. 65-82.

MOREIRA, William Antônio Andrade (Assistente Administrativo Sênior da Petrobrás). **Entrevista concedida a Juliana Ribeiro Silva**. Belo Horizonte, 20 out. 2012.

PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/>>. Acesso em: 29 set. 2012.

O contabilista e o planejamento tributário. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/planejamentofiscal.htm>> Acesso em: 20 setembro 2012

Planejamento tributário. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/administracao-e-negocios/o-que-e-planejamento-tributario/36405/>> Acesso em: 20 setembro 2012

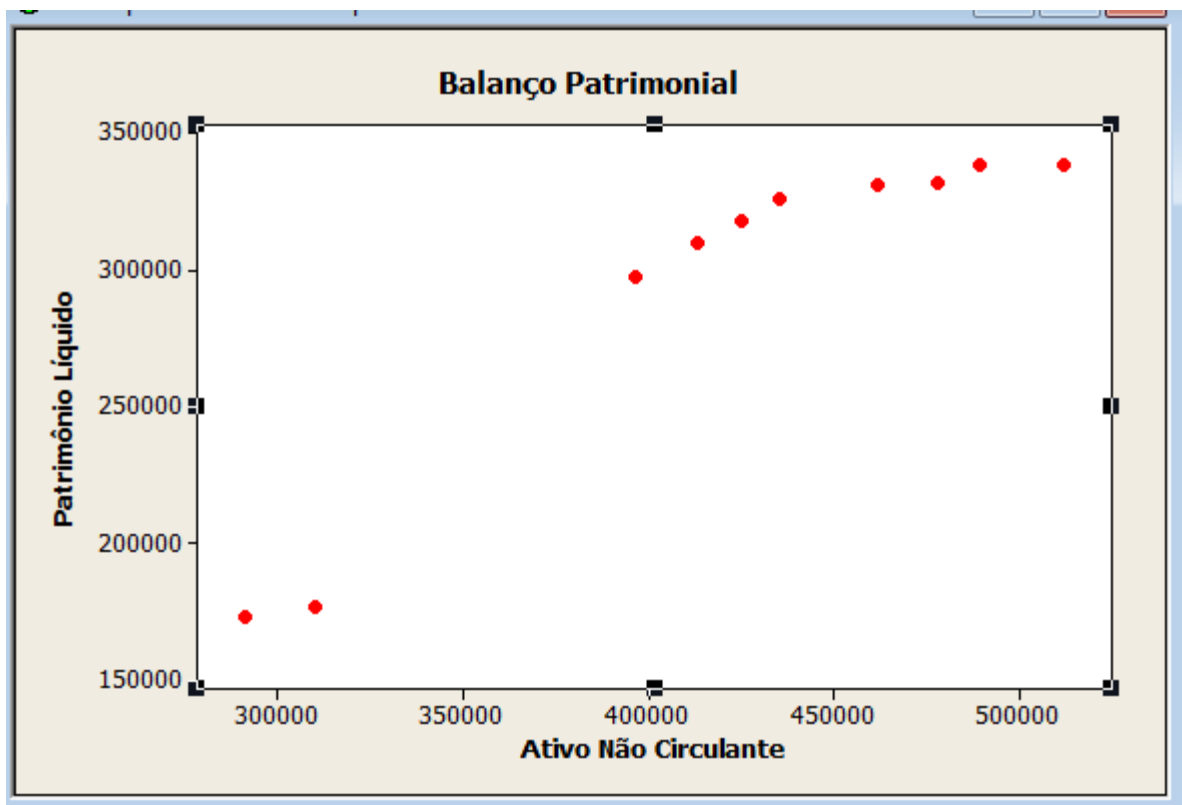
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. 9. ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 21 out. 2012.

APÊNDICE A – Correlação Linear

$$r = \frac{1.279.564,27 - \frac{4.211.924 \times 2.943.489}{10}}{\sqrt{\frac{1.821.795,07 - (4.221,924)^2 \div 10}{10}} \sqrt{\frac{903.467,10 - (2.943,489)^2 \div 10}{10}}} =$$

$$r = \frac{39.789,07}{218,55 \times 192,50} = 0,95 \qquad \qquad \qquad r = 0,95$$

Conforme o gráfico abaixo verificamos que existe a correlação linear.



De acordo com análise feita existe uma alta correlação positiva, pois quanto maior o valor do ativo não circulante maior será o valor do patrimônio líquido.

APÊNDICE B – Regressão Linear

$$\hat{Y} = b_0 + b_1$$

$$b_1 = \frac{1.279.564,27 - \frac{4.211,924 \times 2.943.489}{10}}{\frac{1.821.795,07 - \frac{(4.211,924)^2}{10}}{10}} = \frac{39.789,07}{47.764,70} = 0,83 \quad \mathbf{b_1 = 0,83}$$

$$\text{Média de } y = 294,35 \quad \text{Média de } X = 421,19$$

$$b_0 = 294,35 - 0,83 (421,19)$$

$$\mathbf{b_0 = - 55,24}$$

Equação da regressão \Rightarrow Patrimônio líquido = - 55,24 + 0,83 não circulante

Interpretação dos índices

b_0 = valor do patrimônio líquido independente do ativo não circulante.

b_1 = valor do patrimônio líquido que aumenta cada trimestre.

Verifica-se para cada aumento (em milhão) do ativo não circulante o patrimônio líquido aumente em 0,83 milhões.

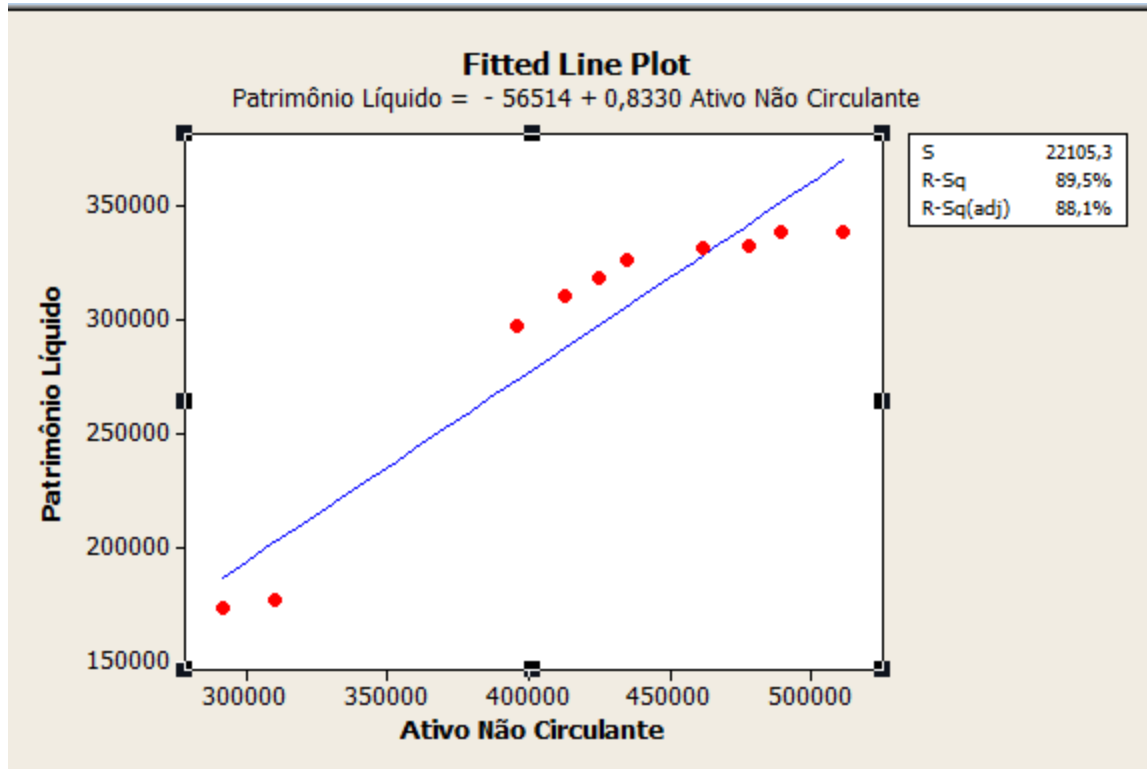
APÊNDICE C - Previsão

Previsão do patrimônio líquido com um aumento de 600.000 milhões no ativo imobilizado.

$$\text{Patrimônio líquido} = -55,24 + 0,83 (600.000)$$

$$\text{Patrimônio líquido} = 442.760 \text{ milhões}$$

Aumentando 400.000 milhões no ativo não circulante vai implicar no aumento de 442.760 milhões no patrimônio líquido.



APÊNDICE D – Coeficiente de Determinação

$$R^2 = r^2 \times 100$$

$$R^2 = (0,95)^2 \times 100$$

$$R^2 = \mathbf{90,25}$$

É possível verificar através do coeficiente de determinação que essa equação é confiável por ter uma alta variabilidade.

ANEXO A – Código de Ética do Sistema Petrobrás

PRINCÍPIOS ÉTICOS DO SISTEMA PETROBRAS

I. O respeito à vida e a todos os seres humanos, a integridade, a verdade, a honestidade, a justiça, a equidade, a lealdade institucional, a responsabilidade, o zelo, o mérito, a transparência, a legalidade, a impessoalidade e a coerência entre o discurso e a prática são os princípios éticos que norteiam as ações do Sistema Petrobras.

II. O respeito à vida em todas as suas formas, manifestações e situações é o princípio ético fundamental e norteia o cuidado com a qualidade de vida, a saúde, o meio ambiente e a segurança no Sistema Petrobras.

III. A honestidade, a integridade, a justiça, a equidade, a verdade, a coerência entre o discurso e a prática referenciam as relações do Sistema Petrobras com pessoas e instituições, e se manifestam no respeito às diferenças e diversidades de condição étnica, religiosa, social, cultural, lingüística, política, estética, etária, física, mental e psíquica, de gênero, de orientação sexual e outras.

IV. A lealdade ao Sistema Petrobras se manifesta como responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho e no trato com todos os seres humanos, e com os bens materiais e imateriais do Sistema, no cumprimento da sua Missão, Visão e Valores, em condutas compatíveis com a efetivação de sua Estratégia Corporativa, com espírito empreendedor e comprometido com a superação de desafios.

V. A transparência se manifesta como respeito ao interesse público e de todas as partes interessadas e se realiza de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a Política de Segurança da Informação do Sistema Petrobras.

VI. O mérito é o critério decisivo para todas as formas de reconhecimento, recompensa, avaliação e investimento em pessoas, sendo o favorecimento e o nepotismo inaceitáveis no Sistema Petrobras.

VII. A legalidade e a impessoalidade são princípios constitucionais que preservam a ordem jurídica e determinam a distinção entre interesses pessoais e profissionais na conduta dos membros dos Conselhos de Administração, dos Conselhos Fiscais e das Diretorias Executivas e dos empregados do Sistema Petrobras.

VIII. O Sistema Petrobras compromete-se com o respeito e a valorização das pessoas em sua diversidade e dignidade, em relações de trabalho justas, numa ambiência saudável, com confiança mútua, cooperação e solidariedade.

IX. O Sistema Petrobras desenvolve as atividades de seu negócio reconhecendo e valorizando os interesses e direitos de todas as partes interessadas.

X. O Sistema Petrobras atua proativamente em busca de níveis crescentes de competitividade, excelência e rentabilidade, com responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil e dos países onde atua.

XI. O Sistema Petrobras busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos empregados, envolvendo as partes interessadas.

XII. O Sistema Petrobras reconhece e respeita as particularidades legais, sociais e culturais dos diversos ambientes, regiões e países em que atua, adotando sempre o critério de máxima realização dos direitos, cumprimento da lei, das normas e dos procedimentos internos.

NAS RELAÇÕES COM SEUS EMPREGADOS, O SISTEMA PETROBRAS COMPROMETE-SE-A:

- Promover condições de trabalho que propiciem o equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar de todos os empregados;
- Garantir segurança e saúde no trabalho, disponibilizando para isso todas as condições e equipamentos necessários;
- Disponibilizar canais formais de escuta para acolher e processar suas sugestões, visando melhorias dos processos internos de gestão;
- Assegurar a disponibilidade e transparência das informações que afetam os seus empregados, preservando os direitos de privacidade no manejo de informações médicas, funcionais e pessoais a eles pertinentes;
- Reconhecer o direito de livre associação de seus empregados, respeitar e valorizar sua participação em sindicatos e não praticar qualquer tipo de discriminação negativa com relação a seus empregados sindicalizados;
- Buscar a permanente conciliação de interesses e realização de direitos, por meio de canais institucionais de negociação, no seu relacionamento com as entidades sindicais representativas dos empregados;
- Assegurar o direito de recusa de seus empregados, aceitando a suspensão de suas atividades, após terem tomado as medidas corretivas e comunicado o fato imediatamente ao seu superior hierárquico, caso haja situação de risco grave e iminente à vida ou à integridade física sua e/ou de seus colegas de trabalho;

- Respeitar e promover a diversidade e combater todas as formas de preconceito e discriminação, por meio de política transparente de admissão, treinamento, promoção na carreira, ascensão a cargos e demissão. Nenhum empregado ou potencial empregado receberá tratamento discriminatório em consequência de sua raça, cor de pele, origem étnica, nacionalidade, posição social, idade, religião, gênero, orientação sexual, estética pessoal, condição física, mental ou psíquica, estado civil, opinião, convicção política, ou qualquer outro fator de diferenciação individual;
- Promover a igualdade de oportunidades para todos os empregados, em todas as políticas, práticas e procedimentos, usar como critério exclusivo de ascensão profissional o mérito individual pautado pela aferição de desempenho, e garantir seu direito de conhecer e estar representado na elaboração dos critérios de avaliação e progressão funcional;
- Desenvolver uma cultura empresarial que valorize o intercâmbio e a disseminação de conhecimentos, promover a capacitação contínua dos seus empregados e evitar demissões, sempre que possível, buscando alternativas de recapacitação técnico-científica e recolocação em área que se apresente mais adequada à situação de seus empregados, em qualquer nível hierárquico;
- Prover garantias institucionais e proteger a confidencialidade de todos os envolvidos em denúncias éticas, visando preservar direitos e proteger a neutralidade das decisões;
- Preparar seus empregados para a aposentadoria, como forma de investir no prosseguimento de sua qualidade de vida, desenvolvendo atividades sistemáticas de orientação e aconselhamento, envolvendo familiares na discussão dos aspectos psicológicos e de planejamento financeiro, e promovendo a disseminação interna do conhecimento para preservar a memória do Sistema.

NAS RELAÇÕES COM O SISTEMA PETROBRAS, OS SEUS EMPREGADOS COMPROMETEM-SE A:

- Cumprir com o máximo empenho, qualidade técnica e assiduidade as obrigações de seu contrato de trabalho, aproveitar as oportunidades de capacitação permanente, avaliar se sistematicamente e aprender com os erros seus ou de outrem;
- Agir de forma honesta, justa, digna, cortês, com disponibilidade e atenção a todas as pessoas com as quais se relacionam, internamente e externamente, respeitando quaisquer diferenças individuais;

- Utilizar adequadamente os canais internos para manifestar opiniões, sugestões, reclamações, críticas e denúncias, engajando-se na melhoria contínua dos processos e procedimentos do Sistema;
- Não se envolver em qualquer atividade que seja conflitante com os interesses do Sistema Petrobras e comunicar aos superiores hierárquicos ou às Ouvidorias qualquer situação que configure aparente ou potencial conflito de interesses;
- Respeitar o sigilo profissional, exceto quando autorizado ou exigido por lei, preservar os interesses do Sistema sempre que se manifestarem, em ambiente público ou privado, e zelar para que todos o façam;
- Guardar sigilo das informações estratégicas e das relativas a atos ou fatos relevantes ainda não divulgados ao mercado, às quais tenham tido acesso, bem como zelar para que outros também o façam, exceto quando autorizados ou exigido por lei;
- Assegurar o uso adequado do patrimônio material e imaterial do Sistema Petrobras, atendendo ao seu legítimo propósito, inclusive para preservar a imagem e reputação das empresas que o compõem e não utilizá-lo para obter qualquer tipo de vantagem pessoal;
- Não obter vantagens indevidas decorrentes de função ou cargo que ocupam nas empresas do Sistema Petrobras;
- Não praticar nem se submeter a atos de preconceito, discriminação, ameaça, chantagem, falso testemunho, assédio moral, assédio sexual ou qualquer outro ato contrário aos princípios e compromissos deste Código de Ética, e denunciar imediatamente os transgressores;
- Respeitar a propriedade intelectual e reconhecer os méritos relativos aos trabalhos desenvolvidos por colegas, independentemente de sua posição hierárquica;
- Zelar, no exercício do direito de greve, pela defesa da vida, pela integridade física e segurança das pessoas e instalações e pela preservação do meio ambiente;
- Não exigir, nem insinuar, nem aceitar, nem oferecer qualquer tipo de favor, vantagem, benefício, doação, gratificação, para si ou para qualquer outra pessoa, como contrapartida a suas atividades profissionais, podendo aceitar ou oferecer brindes apenas promocionais, públicos, não exclusivos, sem valor comercial, nos seus relacionamentos com público externo ao Sistema;
- Cultivar uma aparência pessoal e vestuário compatíveis com o ambiente institucional e cultural em que atuam.

ANEXO B – Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(em milhões de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.747	29.416	18.858	19.995
Títulos e valores mobiliários	6	16.808	26.013	23.625	33.731
Contas a receber, líquidas	7.1	22.053	18.069	21.068	17.701
Estoques	8	28.447	19.675	22.434	15.199
Impostos, contribuições e participações	20.1	12.846	8.767	9.372	5.911
Adiantamento a fornecedores		1.389	1.309	1.040	1.048
Outros ativos circulantes		3.874	2.653	1.647	1.673
		121.144	105.902	98.044	95.258
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	7.1	6.103	5.432	12.843	31.029
Títulos e valores mobiliários	6	5.747	5.198	5.219	4.749
Depósitos judiciais	9	2.955	2.790	2.564	2.426
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	17.256	17.038	9.505	11.790
Adiantamento a fornecedores		5.892	4.964	1.011	964
Outros ativos realizáveis a longo prazo		3.234	2.296	2.322	1.426
		41.187	37.718	33.464	52.384
Investimentos					
	11.2 e 11.4	12.248	11.592	57.239	50.955
Imobilizado					
	12	342.267	280.095	227.302	189.775
Intangível					
	13	82.284	81.539	77.886	78.042
Diferido					
				246	241
		477.986	410.944	396.137	371.397
		599.150	516.844	494.181	466.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
Circulante					
Fornecedores	15	22.252	17.374	22.601	23.747
Financiamentos	16	18.884	14.915	12.252	17.439
Arrendamentos mercantins financeiros	17.1	82	175	1.922	3.149
Impostos, contribuições e participações	20.2	10.969	10.060	9.258	7.837
Dividendos propostos	23.5	3.878	3.595	3.878	3.595
Salários, férias e encargos		3.182	2.551	2.720	2.174
Participação nos lucros ou resultados	22	1.560	1.691	1.295	1.428
Planos de pensão e saúde	21	1.427	1.303	1.341	1.209
Outras contas e despesas a pagar		5.978	4.284	1.669	1.863
		68.212	55.948	56.936	62.441
Não Circulante					
Financiamentos	16	136.405	100.667	43.055	36.430
Arrendamentos mercantins financeiros	17.1	183	191	7.422	14.976
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	33.268	25.898	29.408	21.808
Planos de pensão e saúde	21	16.653	15.278	15.352	14.162
Provisão para processos judiciais	28	1.361	1.265	437	425
Provisão para desmantelamento de áreas	19	8.839	6.505	8.241	6.072
Outras contas e despesas a pagar		2.005	1.266	2.855	3.024
		198.714	151.070	106.770	96.897
Patrimônio líquido					
	23				
Capital social realizado		205.380	205.357	205.380	205.357
Contribuição adicional de capital		563	(6)	859	(6)
Reservas de lucros		122.623	101.324	122.963	101.876
Ajustes de avaliação patrimonial		1.273	90	1.273	90
		329.839	306.765	330.475	307.317
Participação dos acionistas não controladores					
		2.385	3.063		
		332.224	309.828	330.475	307.317
		599.150	516.844	494.181	466.655

ANEXO C – Reconciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do Consolidado com o da Controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2011	2010	2011	2010
Consolidado – IFRS	332.224	309.828	33.110	35.881
Patrimônio de acionistas não controladores	(2.385)	(3.063)	203	(692)
Despesas diferidas líquidas de IR	636	552	(212)	(153)
Controladora ajustado aos padrões internacionais de contabilidade (CPC)	330.475	307.317	33.101	35.036

ANEXO D – Dados coletados do Balanço Patrimonial

Período	Ativo não Circulante (milhões de R\$) (X)	Patrimônio Líquido (milhões de R\$) (Y)	X.Y	X²	Y²
1T10	291.539	173.232	50.503.884.048	84.994.988.521	30.009.325.824
2T10	310.050	176.974	54.870.788.700	96.131.002.500	31.319.796.676
3T10	396.282	297.361	117.838.811.802	157.039.423.524	88.423.564.321
4T10	413.285	310.255	128.223.737.675	170.804.491.225	96.258.165.025
1T11	424.909	318.192	135.202.644.528	180.547.658.281	101.246.148.864
2T11	435.090	326.343	141.988.575.870	189.303.308.100	106.499.753.649
3T11	461.632	331.197	152.891.133.504	213.104.103.424	109.691.452.809
4T11	477.986	332.224	158.798.420.864	228.470.616.196	110.372.786.176
1T12	489.444	338.822	165.834.394.968	239.555.429.136	114.800.347.684
2T12	511.707	338.889	173.411.873.523	261.844.053.849	114.845.754.321
Soma	4.211.924	2.943.489	1.279.564.265.482	1.821.795.074.756	903.467.095.349

ANEXO E – Investimentos

Informações sobre as subsidiárias, controladas, controladas em conjunto e coligadas
(em milhões de reais)

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2011	Milhares de ações/quotas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Ações Ordinárias / quotas	Ações preferenciais		
Subsidiárias e Controladas					
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	7.223	26.057		14.376	3.666
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	6.615	3.103	775	10.573	823
Petrobras Distribuidora S.A. – BR	5.153	42.853.453		10.095	1.267
Petrobras Química S.A. – Petroquisa	3.788	13.508.637	12.978.886	6.515	(501)
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	2.464	2.464.666		3.261	629
Refinaria Abreu e Lima S.A.	2.889	2.889.240		2.998	(738)
Petrobras Biocombustível S.A.	1.902	190.239		1.677	(208)
Companhia Locadora de Equipamentos Petrobríferos S.A. – CLEP	827	180.000		1.673	(3)
Petrobras International Finance Company – PIFCo	531	300.050		(1.364)	(633)
Downstream Participações Ltda.	1.227	1.226.500	(*)	1.146	(482)
Termomacaé Ltda.	636	634.015	(*)	743	177
Comperj Poliolefinas S.A.	651	65.108		651	
Petrobras International Braspetro – PIB IM	6	2.837		461	1.255
INNOVA S.A.	307	57.600	5.747	374	39
Termoçoará Ltda.	275	275.226	(*)	319	41
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda. – PBEN	217	216.852	(*)	270	45
Baixada Santista Energia Ltda.	297	297.136	(*)	261	(22)
Braspetro Oil Services Company – Brasoil	351	106.210		216	(18)
Termomacaé Comercializadora de Energia Ltda	78	77.599	(*)	115	70
Sociedade Fluminense de Energia Ltda. – SFE	56	55.556	(*)	104	108
Comperj Estirânicos S.A.	87	8.739		87	
Comperj MEG S.A.	77	7.696		77	
5283 Participações Ltda.	1.623	1.622.603	(*)	55	143
Brailaner Energética S.A.	160	160.000		66	(77)
Cordoba Financial Services GmbH	5	1	(**)	42	
Termobahia S.A.	312	52		41	7
Petrobras Negócios Eletrônicos S.A. – E-Petro	21	21.000		28	2
Companhia de Desenvolvimento de Plantas Utilidades S.A. – COPU	25	25.001		25	
Fundo de Investimento Imobiliário RB Logística – FII	1	117.127	(*)	11	8
Companhia de Recuperação Secundária S.A. – CRSEC		43.456		9	
Comperj Participações S.A.	18	1.771		8	(9)
Braspetro Oil Company – BOC		1	(**)		106
Cayman Cabinas Investment Co.		100	(**)	25.500	
Controladas em conjunto					
UTE Norte Fluminense S.A.	481	481.432		1.008	549
Termoçu S.A.	700	699.737		726	15
Logum Logística S.A.	300	430.556		264	(26)
Brasil PCH S.A.	109	94.188	14.844	164	50
Cia Energética Mauaara S.A.	45	45.000		143	27
Ibiterno S.A.	8	7.652		95	35
Brasympe Energia S.A.	26	260.000		78	8

(*) Quotas

(**) Quantidade de ações em unidades

	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2011	Milhares de ações/quotas		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
		Ações Ordinárias/quotas	Ações preferenciais		
Participações em Complexos Bioenergéticos S.A. – PCBIO5	63	62.850		62	(3)
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	15	5.158	10.138	52	17
Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	40	39.918		42	3
Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	39	38.911		41	4
Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	35	35.353		38	4
Brentech Energia S.A.	39	25.901		35	
Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	34	35.433		34	2
GNL do Nordeste Ltda.	1	7.507	(*)		
Coligadas					
Braskem	8.043	451.669	349.997	9.928 (***)	(337) (***)
BRK – Investimentos Petroquímicos	2.432	269.193		5.120	(281)
UEG Araucária Ltda.	707	707.440	(*)	638	(6)
Fundo de Investimento em Participações de Sondas	259	261.573	(*)	256	(3)
Sete Brasil Participações S.A.	270	16.500		212	(59)
Termoelétrica Potiguar S.A. – TEP	37	6.159		92	4
Energética SUAPE II	140	139.977		56	(27)
Energética Camaçari Muricy I Ltda.	67	67.260		22	(15)
Companhia Energética Potiguar S.A.	8	1		21	11
Arambepe Energia S.A.	90	90.218		11	(34)
Bioenergética Britarumã S.A.		110			

(*) Quotas

(**) Quantidade de ações em unidades

(***) Dados relativos a 30.09.2011 – Últimos disponibilizados no mercado.

Investimentos (consolidados)

	2011	2010
Coligadas e Controladas em conjunto		
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.	3.098	3.271
Outros Investimentos Petroquímicos	3.128	3.224
Distribuidoras de Gás	1.056	960
Guarani S.A.	847	680
Termoaçu S.A.	538	524
Petronitupano – Orielo	458	413
Nova Fronteira Bionergia S.A.	434	243
Petroway – La Concepción	330	327
Distrilac S.A.	216	228
Petrokariña – Mata	195	212
UEG Araucária	128	128
Transierra S.A.	122	101
Demais empresas coligadas e controladas em conjunto	1.468	1.098
	12.018	11.409
Outros Investimentos	230	183
	12.248	11.592

Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	2011	2010		2011	2010	2011	2010
Controladas							
Petrobras Argentina	678.396	678.396	DN	2,70	4,46	1.832	3.026
						1.832	3.026
Coligadas							
Braskem	212.427	212.427	DN	11,78	17,80	2.502	3.781
Braskem	75.793	75.793	PNA	12,80	20,37	970	1.544
Quattor Petroquímica (*)		46.049	PN	0,00	6,99		322
						3.472	5.647

(*) Em 03 de fevereiro de 2011, ocorreu o cancelamento do registro na CVM de companhia aberta em função da incorporação das ações pela Braskem.

Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2010	Aquisição e aporte de capital	Contribuição Adicional de Capital	Baixa por incorporação / Redução de capital	Resultado		Dividendos	Saldo em 31.12.2011
					Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes		
Subsidiárias e controladas								
PNEV	8.599				3.524	1.617		13.740
Gaspetro	7.555	1.726	705		824		(236)	10.574
Petrobras Distribuidora	9.116				1.267	4	(427)	9.960
Petroquisa	3.997	915			(512)	20	96	4.516
Transpetro	2.568	392			624	18	(456)	3.146
Refinaria Abreu e Lima	2.015	1.721			(739)			2.997
CLEP	1.473				(3)	3		1.473
PBIO	1.194	506			(191)	(32)		1.477
Downstream	1.623				(499)			1.124
Termomacaé Ltda	734				177		(168)	743
COMPERJ Poliolefinas	309	342						651
PIBBV					550	(150)		400
INNOVA		551	(165)		39	(48)		377
Termoceará	278				41			319
PBEN	370				45		(145)	270
Baixada Santista	249	14			(22)			241
SFE	187				108		(192)	103
COMPERJ Estirfênicos	76	11						87
COMPERJ MEG	77							77
Termario	2.371			(2.526)	300		(145)	
COMPERJ PET	272			(272)				
UTE Juiz de Fora	132			(150)	36		(18)	
FAFEN	343			(429)	87			1
COMPERJ Petroquímicas	2.425			(2.426)	1			
Outras Controladas	291	37	120	(140)	196	34	(185)	353
Controladas em Conjunto	880	112	(4)		118	(1)	(54)	1.051
Coligadas	2.581	47			(109)	(840)	(36)	1.643
	49.715	6.374	656	(5.943)	5.842	625	(1.966)	55.323

	2011	2010
Subsidiárias, controladas em conjunto e coligadas	55.323	49.715
Ágio	3.056	2.242
Lucros não realizados da Controladora	(1.340)	(1.150)
Outros investimentos	200	148
Total dos investimentos	57.239	50.955

ANEXO F - Informações contábeis resumidas de controladas em conjunto e coligadas

	2011			
	Controladas em conjunto		Coligadas	
	Pais	Exterior	Pais	Exterior
Ativo circulante	4.520	1.235	12.181	3.358
Ativo realizável a longo prazo	1.497	382	3.967	752
Imobilizado	7.653	2.345	23.017	2.243
Outros ativos não circulantes	131	832	4.390	
	13.801	4.794	43.555	6.353
Passivo circulante	3.107	2.073	10.253	3.187
Passivo não circulante	3.747	1.485	20.546	373
Patrimônio líquido	6.927	1.049	12.539	2.793
Participação dos acionistas não controladores	20	187	217	
	13.801	4.794	43.555	6.353
Receita operacional líquida	9.243	3.276	36.033	1.765
Lucro líquido do exercício	1.418	231	(396)	433
Percentual de participação - %	10% a 83%	33% a 51%	10% a 44%	22% a 36%

ANEXO G – Imobilizado

Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção (*)	Gastos c/exploração e desenv. Produção de petróleo e gás (campos produtores)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	7.260	69.241	116.423	31.262	224.186	149.447
Adições	220	2.827	57.546	3.157	63.750	49.506
Juros capitalizados			5.508		5.508	4.223
Combinação de negócios	87	100	25		212	
Baixas	(137)	(91)	(1.522)	(1.090)	(2.840)	(1.493)
Transferências	1.886	34.207	(39.000)	7.899	4.992	(1.863)
Depreciação, amortização e depleção	(591)	(7.677)		(5.730)	(13.998)	(10.149)
Impairment – constituição		(181)		(265)	(446)	(434)
Impairment – reversão		131		408	539	538
Ajuste acumulado de conversão	31	(1.383)	(402)	(54)	(1.808)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.756	97.174	138.578	35.587	280.095	189.775
Custo	12.412	160.543	138.578	77.555	389.088	271.824
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(3.656)	(63.369)		(41.968)	(108.993)	(82.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.756	97.174	138.578	35.587	280.095	189.775
Adições	169	2.730	53.690	3.139	59.728	42.222
Juros capitalizados			7.325		7.325	5.788
Combinação de negócios			24		24	
Baixas	(41)	(421)	(2.221)	(568)	(3.251)	(2.258)
Transferências	4.205	31.283	(40.294)	14.812	10.006	4.531
Depreciação, amortização e depleção	(799)	(9.769)		(6.566)	(17.134)	(12.344)
Impairment – constituição		(91)	(276)	(391)	(758)	(473)
Impairment – reversão	3	27		66	96	61
Ajuste acumulado de conversão	66	3.548	1.733	789	6.136	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.359	124.481	158.559	46.868	342.267	227.302
Custo	16.865	195.977	158.559	97.671	469.072	321.469
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(4.506)	(71.496)		(50.803)	(126.805)	(94.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.359	124.481	158.559	46.868	342.267	227.302
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	25 (25 a 40) [exceto terrenos]	20 (3 a 31)		Método da unidade produzida		

(*) Inclui ativos de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás.

Abertura por tempo de vida útil estimada – consolidado

Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens			
Vida útil estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31 de dezembro de 2011
até 5 anos	8.088	(4.728)	3.360
6 – 10 anos	33.005	(16.150)	16.855
11 – 15 anos	3.347	(1.582)	1.765
16 – 20 anos	39.665	(15.942)	23.723
21 – 25 anos	44.826	(11.040)	33.786
25 – 30 anos	41.072	(5.786)	35.286
30 anos em diante	5.086	(3.337)	1.749
Método da Unidade Produzida	36.152	(17.437)	18.715
	211.241	(76.002)	135.239
Edificações e benfeitorias	15.264	(4.506)	10.758
Equipamentos e outros bens	195.977	(71.496)	124.481

Depreciação

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Parcela absorvida no custeio:				
De bens	9.165	7.130	5.890	4.752
De gastos de exploração e produção	6.126	5.344	5.112	4.326
Custo para abandono de poços capitalizado/ provisionado	440	386	396	327
	15.731	12.860	11.398	9.405
Parcela registrada diretamente no resultado	1.403	1.138	946	744
	17.134	13.998	12.344	10.149

ANEXO H - Intangível

Por tipo de ativo

	Consolidado					Controladora
	Direitos e concessões	Softwares		Ágio com expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	Total	Total
		Adquiridos	Desenvolvidos internamente			
Saldo em 1º de janeiro de 2010	4.237	368	1.355	829	6.789	3.216
Adição	310	88	321		719	455
Direito de exploração de petróleo - Cessão onerosa	74.808				74.808	74.808
Aquisição por combinação de negócios						
Juros capitalizados			26		26	25
Baixa	(318)	(3)	(2)		(323)	(42)
Transferências	234	(11)	32	84	339	14
Amortização	(123)	(119)	(371)		(613)	(434)
Impairment - constituição	(56)				(56)	
Ajuste acumulado de conversão	(140)	(3)		(7)	(150)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	78.952	320	1.361	906	81.539	78.042
Adição	829	110	336	19	1.294	411
Aquisição por combinação de negócios				4	4	
Juros capitalizados			36		36	36
Baixa	(286)	(5)	(12)		(303)	(172)
Transferências	22	19	(36)	(4)	1	(1)
Amortização	(138)	(113)	(341)		(592)	(430)
Impairment - constituição	(2)				(2)	
Ajuste acumulado de conversão	277	6		24	307	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	79.654	337	1.344	949	82.284	77.886
Tempo de vida útil estimado - anos	25	5	5	Indefinida		